CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

CAPACITAR, COMUNICAR E INCLUIR!

Plano de Actividades e Orçamento 2020

Lisboa, 7 Dezembro 2019

INDICE

INTRODUÇÃO 3

1. **ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO** 4
2. **INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E IMAGEM** 5

GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM 5

ELO ASSOCIATIVO DIGITAL 5

NOTAS ASSOCIATIVAS 5

REDES SOCIAIS 5

3. **SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA** 5
4. **ESTUDOS E PUBLICAÇÕES** 6
5. **CAPACITAÇÃO** 6
6. **FORMAÇÃO GERAL ASSOCIATIVA PROTOCOLADA** 7
7. **PROCESSOS REINVIDICATIVOS/NEGOCIAÇÕES** 8
8. **PROJETOS NACIONAIS** 9

CAPACITAÇÃO DAS ENTIDADES DO CNES.288 9

DESPORTO PARA TODOS! 9

SALVAGUARDA DOS ARQUIVOS ASSOCIATIVOS 10

9. **DIA NACIONAL DAS COLECTIVIDADES** 10
10. **RELAÇÕES COM O ESTADO E OUTROS PARCEIROS INSTITUCIONAIS** 10

MOVIMENTOS SOCIAIS 10

FÓRUM ÁLCOOL E SAÚDE (FNAS) 11

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DO VOLUNTARIADO (CPV) 11

CONSELHO PORTUGÊS PARA A PAZ E COOPERAÇÃO (CPPC) 11

11. **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** 11

NOTA FINAL 12

Nota: Textos com dois Acordos Ortográficos de acordo com a vontade dos coautores.

Introdução

A apresentação, discussão e decisão do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano seguinte é, sempre, uma oportunidade para refletir sobre o passado recente e o futuro imediato.

O presente PAO tem por base as frentes, tarefas e objetivos que resultam do trabalho realizado e em curso no ano 2019 e o Programa de Acão para o mandato (2019/2022). Por seu lado, o Orçamento, tem por base os valores realizados nos últimos três anos (2016/2017/2018) e os valores realizados nos 9 meses de 2109. Os valores apresentados são a média destes dois indicadores com as correções aconselhadas pela prática de gestão associativa.

O ano 2020 será um ano de grandes exigências dadas as circunstâncias de estarmos a dois terços de um processo de Capacitação (2015/2023) que é determinante para o futuro da estrutura associativa nacional. Parte substantiva da nossa atividade enquanto estrutura de topo do MAP, consiste em capacitar as Entidades/Estruturas e os Dirigentes destas. Trata-se de um desafio sem precedentes que pode ditar uma viragem na forma e conteúdo associativo.

O papel das Federações Distritais e Associações Concelhias continua a ser uma questão fundamental da estrutura associativa nacional. Deseja-se uma nova perspetiva de relacionamento onde vigore de forma natural a cooperação, participação regular, prestação de contas, confiança e transparência de processos. Este mandato será determinante para o futuro da estrutura associativa nacional.

Os projectos associativos que visam especificamente dar resposta a questões concretas, bem como áreas tão importantes como a participação de Dirigentes Jovens; Publicações; Comunicação Informação e Imagem; Formação Protocolada; Relações institucionais com o Estado; Relações com parceiros da Economia Social ou relações internacionais, merecerão toda a atenção deste PAO. As reivindicações junto do Governo e Assembleia da República serão prioridades do nosso trabalho.

Uma gestão de Recursos Humanos assente na dignificação dos profissionais que trabalham para a Confederação será uma prioridade que se deverá refletir nos vencimentos, formação, responsabilização e valorização positiva.

A gestão dos recursos financeiros, sendo cada vez mais exigente, deverá merecer da parte de toda a estrutura associativa nacional, a maior atenção uma vez que esta é essencial para manter o funcionamento da estrutura profissional e dirigente, a resposta às solicitações das filiadas e do movimento e a independência face a outros poderes instituídos.

O ano 2020 será repleto de desafios a que não viraremos a cara. Pelo contrário, continuaremos a lutar para que o MAP sendo um verdadeiro poder, continue a merecer o respeito de todos os restantes poderes e o reconhecimento da sociedade portuguesa.

1. Organização, estrutura e funcionamento

1.1 Constituição de um Grupo de Trabalho composto por DAVs para observação, estudo e reflexão do papel da Confederação face ao Associativismo Popular e à Economia Social.

1.2. Manter e aprofundar a relação institucional entre órgãos da Confederação e consolidar durante o atual mandato o trabalho de estudo e reflexão sobre a atual estrutura orgânica e como esta deve ser constituída no futuro analisando as medidas que se verifiquem necessárias a nível estatutário e de RGI.

1.3. Intensificar as relações de proximidade entre a Confederação, suas Estruturas, Colectividades Elo e as filiadas a partir dos Gabinetes Polos de Atendimento procurando que o contato ocorra no mínimo numa base semestral.

1.4. Constituição de uma Plataforma Jovem (informal) composta por Dirigentes até 35 anos que terão participação no CN sem direito a voto.

1.5. Manter e reforçar as Assessorias voluntárias e benévolas, bem como a constituição de Grupos de Trabalho junto da Direcção. Insistir no processo gradual de descentralização e corresponsabilização dos Dirigentes que compõem os Órgãos Nacionais com vista a uma melhor distribuição das tarefas da Direção Nacional.

1.6. Revisão do papel dos Gabinetes Polos de Atendimento, composição, competências e responsabilidades com gradual e sustentada autonomia dotando estes de um PAO específico para cada um buscando a proximidade destes com Conselheiros Nacionais, Estruturas, filiadas e recrutamento de novas filiadas.

1.7. Manutenção e reforço gradual e sustentado dos recursos humanos profissionais (Quadro de Pessoal e o recrutamento de Técnicos e Administrativos necessários e de um(a) técnico(a) no âmbito da Cedência de Interesse Público;

1.8. Criação de um Centro de Estatística Associativa Operacional junto da Direcção com vista à recolha de dados nas áreas das atividades, sustentabilidade, associados, dirigentes, trabalhadores para a atividade corrente ou estudos externos;

1.9. Iniciar contactos com vista à realização, em 2021, do Congresso Regional dos Açores em cooperação com o Governo Regional e Autarquias;

1.10. Emissão do Cartão de Dirigente para todos os membros dos Órgãos Sociais e outros elementos registados na Capacitação;

1.11. Empenhamento na solução da nova Sede Nacional com a transferência e instalação do Centro Nacional de Documentação Associativa; Museu Nacional do Associativismo Popular e Serviços Centrais;

1.12. Fazer um levantamento de áreas ou atividades associativas que não estejam cobertas por estruturas federativas que as representem, nomeadamente coros e orfeões.

2. Informação, Comunicação e Imagem

2.1. Gabinete de Comunicação e Imagem
O Gabinete de Comunicação que se encontra em estruturação e em funcionamento, assenta o seu trabalho num Plano Estratégico de Comunicação e nele estão traçadas as linhas mestras para o bom funcionamento de 4 grandes objetivos; Comunicar, Capacitar, Dinamizar e dar Visibilidade ao Movimento Associativo Popular. Com base em experiências anteriores, admite-se a participação de estagiários curriculares.

2.2. Elo Associativo Digital
Considerado um importante meio de comunicação periódico (trimestral) daremos continuidade ao Elo Associativo digital sendo enviado para toda a Estrutura Geral assim como para parceiros e amigos da Confederação. O Elo Associativo digital deverá continuar a ser a imagem gráfica polivalente de tudo o que se passa à volta do Movimento Associativo e das nossas filiadas. O Elo Associativo, está aberto a sugestões de reestruturação editorial, para melhor servir os interesses, uma maior disseminação e o prestígio da Confederação. Fazer chegar o Elo Associativo às filiadas que ainda não têm correio electrónico, deverá ser objeto de estudo da nossa parte.

2.3. Notas Associativas
Pela sua eficácia, continuaremos a editar e enviar as Notas Associativas dedicadas a temas ou assuntos emergentes e urgentes e que requerem tomadas de posição ou informação imediata.

2.4. Redes Sociais
Continuaremos a desenvolver a nossa acção informativa através dos meios disponíveis como Blog; Facebook e Instagram;
Procuraremos vias eficazes de comunicação com todas as filiadas que não possuem meios informáticos, admitindo a possibilidade de criação de contas de e-mail para as mesmas.

3. Sustentabilidade financeira;

3.1. Será objectivo consolidar os eixos principais do lado das receitas: Cobrança de Quotas; Desenvolvimento de Projetos Nacionais; Protocolos, Venda de publicações e outras; Ações de sensibilização, Prestação de serviços associativos. Estaremos atentos ao controlo de eventuais despesas supérfluas e ao rigor da gestão dos recursos financeiros.

3.2. No eixo Cobrança de Quotas, considerar como prioridades aumentar o número de filiadas; filiadas com quotas em dia; diversificar e simplificar os mecanismos de cobrança nomeadamente através da via informática (plataforma MAP); acerto regular de contas com as Estruturas Descentralizadas e Coletividades Elo. Sensibilizar as filiadas das vantagens de ter a Quota em dia, nomeadamente junto da SPA.

3.3. No eixo Projetos Nacionais, identificar as formas de sustentabilidade de cada projeto; as possíveis parcerias; a diversidade de fontes de receita; as potencialidades de afetação de recursos financeiros e de imputações;

Cofinanciado por:

3.4. No eixo prestação de serviços associativos, divulgar/promover os serviços a prestar; regular e atualizar tabelas; reformular e uniformizar protocolos especialmente os referentes à formação protocolada:

3.5. Diversificar as fontes de receitas através do acesso a fundos privados, responsabilidade social das empresas/mecenato, Geofundos, Crowdfunding;

3.6. Registo na Autoridade Tributária de forma a podermos beneficiar dos 0,05% do IRS na qualidade de entidade com Estatuto de Utilidade Pública com atividade cultural;

3.7. Insistir com o Governo para ter acesso a fundos de compensação pela relevante atividade associativa de 1ª linha à semelhança de outros setores da Economia Social.

4. Estudos e publicações

4.1. Continuação do Estudo sobre as questões da " Transparência e sustentabilidade do MAP, em Portugal" da responsabilidade de Sérgio Pratas;

4.2. Continuação do Estudo "Alvorecer do Movimento Associativo no período liberal (1834-1934) e sobre a fundação da Federação das Sociedades de Educação e Recreio", actual Confederação - primeira fase (1924/1974) da responsabilidade de Joana Pereira;

4.3. Publicação dos Trabalhos, intervenções e Recomendações do Congresso Nacional das Colectividades – 2001 da responsabilidade de Artur Martins;

4.4. Publicação da Análise Associativa nº7 e promoção de um debate em torno do futuro desta importante publicação.

4.5. Forte aposta na capacitação dos Dirigentes, por via do Projeto de Capacitação e da Formação Superior em Gestão e Dinamização Associativa e dos trabalhos académicos daqui resultantes;

4.6. Implementar e monitorizar os trabalhos do Observatório do MAP em cooperação com a Universidade Lusófona e ISCTE – IUL.

5. Capacitação

5.1. O processo de Capacitação das Entidades do CNES em que estamos inseridos, teve uma 1ª Fase (2015/2016/2017) com um valor de cerca de 216 mil euros, estamos a desenvolver a 2ª Fase (2018/2019/2020) com um valor de cerca de 672 mil euros e preparamos as propostas para a 3ª Fase (2021/2022). Estamos num momento crucial deste processo que, de alguma forma, poderá ser decisivo para a estrutura associativa nacional e, em particular, para as filiadas.

5.2. Deste processo de Capacitação deverá resultar a modernização e melhoria de intervenção das filiadas, estruturas descentralizadas e da própria Confederação. Os seus Dirigentes, em toda a linha, deverão atingir níveis de formação, qualificação e capacitação elevados e capazes de fazer frente aos desafios que hoje e no futuro se

colocam ao nosso movimento, quer no plano técnico, gestão de recursos humanos e financeiros e de consciência e transformação social que promovam impactos positivos no meio associativo e na comunidade, sendo objetivos para o ano 2020:

5.3. Consolidar a composição e funcionamento do Gabinete Polo de Atendimento Norte (Ermesinde) abrangendo Aveiro; Braga; Bragança; Porto Viana do Castelo e Vila Real;

5.4. Consolidar a composição e funcionamento do Gabinete Polo de Atendimento Central (Lisboa) abrangendo Leiria; Lisboa; Santarém e Setúbal;

5.5. Consolidar a composição e funcionamento do Gabinete Polo de Atendimento Sul (Beja) abrangendo Beja; Évora; Faro e Portalegre;

5.6. Abrir o Gabinete Polo de Atendimento Centro (Covilhã) em cooperação com a Câmara Municipal da Covilhã, abrangendo Coimbra; Castelo Branco; Guarda e Viseu;

5.7. Reforçar a autonomia dos Gabinetes para que estes atinjam níveis de iniciativa e execução física do processo de Capacitação no âmbito da Memória Descritiva capazes de contribuírem decisivamente para o cumprimento desta Fase;

5.8. Promover a concretização total da 2ª Fase (termina a 30 Novembro 2020) no que respeita à execução física e financeira, acompanhando e dinamizando todas as iniciativas e objetivos constantes da Memória Descritiva;

5.9. Disseminar e afinar os contributos para a Memória Descritiva da 3ª Fase (2021/2023) partindo da experiência, necessidades e potencialidades adquiridas nas fases anteriores.

6. Formação Geral Associativa

6.1. Reforma global da oferta formativa incluindo conceitos, definições, conteúdos dos Módulos e Protocolos. Lançar junto das confederadas inquérito para atualização e identificação de novos módulos temáticos.

6.2. Participação de Formadores Associativos, nomeadamente dos Dirigentes registados na Capacitação/Estudos Avançados em Gestão e Dinamização Associativa. Preparar a passagem à fase de Formação profissionalizada de forma sustentada;

6.3. Promover acções de Formação em cooperação com as Estruturas Descentralizadas, sob propostas destas na selecção de módulos e mobilização dos Dirigentes;

6.4. Desenvolver a Formação à distância, via internet, cobrindo zonas e regiões do país, dias e horários menos acessíveis aos Dirigentes;

6.5. Prosseguir as relações com as entidades académicas com as quais temos Protocolo, revendo, atualizando e operacionalizando os mesmos nos casos em que tal se justifique;

7. Processos reivindicativos / negociações

Assembleia da República:
7.1. Desenvolver contactos junto dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República para que estes apresentem iniciativas legislativas de acordo com as nossas propostas apresentadas em 2017 de Revisão da Legislação Associativa;

7.2. Procurar anular a obrigação do Registo Central de Beneficiário Efectivo (RCBE) para as associações/ coletividades e apresentar propostas ao Orçamento de Estado 2021;

Governo
Ministério da Cultura:
7.3. Atribuição de verba específica dos 2% do Orçamento do Estado para a Cultura, destinado às Colectividades de Cultura e Recreio, para apoio ao desenvolvimento das actividades culturais e recreativas promovidas por estas e geridas pelas entidades reconhecidas pelo CNAP de acordo com a CRP e da Resolução da Assembleia da República (nº 130/2019 de 2 Agosto);

7.4. Desenvolver o processo de direito ao Tempo de Antena com base no Estatuto de Parceiro Social (lei 34/2003) com assento no CES, CNES e CND;

7.5. Integrar o Conselho Nacional de Cultura ou a Secção Especializada de Cultura Tradicional e Popular do Ministério da Cultura;

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social:
7.6. Exigir do Governo que cumpra a lei de Bases da Economia Social no que respeita ao Estatuto Fiscal da Economia Social tendo em linha de conta o desenvolvimento do trabalho da Confederação Portuguesa da Economia Social nesta matéria;

7.7. Exigir do Governo medidas especiais de emprego no associativismo através de contratos de inserção e emprego apoiado, no âmbito das parcerias público-sociais;

7.8. Integração da Confederação na Cooperativa António Sérgio para a Economia Social à semelhança dos parceiros da Confederação Portuguesa da Economia Social;

Ministério da Administração Interna:
7.9. Isenção de custas de processos e licenças na regularização de instalações e na aplicação da lei de Medidas de Auto Proteção Contra Incêndios em Edifícios Associativos, bem como apoio financeiro a fundo perdido e/ou linhas de crédito;

Outras entidades e parceiros:
Associação Nacional de Municípios Portugueses
7.10. Sensibilizar a ANMP para que esta sensibilize os municípios com vista à regularização das instalações associativas propriedade das colectividades e à implementação das Medidas de Auto Protecção Contra Incêndios em Edifícios Associativos em cooperação com Bombeiros e Serviços Municipais de Protecção Civil;

7.11. Criação do Balcão Local do Associativismo, onde se possa tratar da "Licença Única" ou de licenças municipais e de outras entidades (SPA; Pass Música; IGAC; IPDJ, etc);

Sociedade Portuguesa de Autores:
7.12. Sensibilizar a SPA para o cumprimento da CRP no que respeita à aplicação do princípio da discriminação positiva para todo o associativismo e, a partir daí, ajustar os descontos com base no Protocolo existente reduzindo os elevados valores actuais.

Pass Música:
7.13. Concretização das negociações e assinatura de Protocolo entre a Confederação e a PassMúsica, permitindo às nossas filiadas um desconto sobre os valores cobrados, cumprindo com o estabelecido pela CRP.

8. Projetos Nacionais

Capacitação das entidades do CNES.288

Inseridos na Capacitação, devemos dar prioridade aos seguintes projectos:

8.1. GERAP – Gerontologia Associativa Preventiva que deverá contribuir para o envelhecimento ativo e saudável de Dirigentes e associados das colectividades na criação de oportunidades, participação na sociedade, segurança e melhoria da qualidade de vida**;**

8.2. Animar Zonas Históricas, que visa promover e incrementar a cidadania ativa a participação, a cultura, o desporto e o lazer; dinamizar e reforçar as sociabilidades locais e de proximidade na ótica da salvaguarda das identidades e da defesa do comércio local das zonas históricas; promover e apoiar ações de rua da diversidade cultural, recreativa e desportiva do movimento associativo; envolver dinâmicas de 3 tipos de Economia; Social, Produtiva e Pública.

8.3. A Mulher e o Associativismo na vertente associativa na Confederação que vai continuar a valorizar o papel das mulheres no associativismo, nos vários ângulos de participação, contribuindo para a igualdade de género e disseminação a ideia que *"a luta pela igualdade não é da mulher mas sim do ser humano".*

Desporto para TODOS!

8.4. Definir o âmbito de intervenção da Confederação no que respeita ao Desporto para Todos numa perspetiva de complementaridade às disciplinas federadas e competitivas;

8.5. Recolha, interpretação e investigação com recurso a bibliografia e trabalhos académicos sobre Jogos Tradicionais, em cooperação com editores e livreiros, instituições de ensino técnico, médio e superior.

Salvaguarda dos Arquivos Associativos

8.6. Continuar e consolidar o Projeto Salvaguarda dos Arquivos Associativos em cooperação com as filiadas – Provedores dos Arquivos Associativos, e a DGLAB/Torre do Tombo, com o objetivo de tratamento do arquivo das Colectividades a nível nacional com prioridade para as centenárias e o seu acervo documental. Neste sentido pugnaremos pela exigência de afetação de verbas do Orçamento de Estado para esta atividade;

8.7. Digitalização do acervo da Confederação com prioridade para as 148 centenárias e documentos históricos da Confederação até 2019;

8.8. Desmaterialização dos processos administrativos e documentais após 2019, através de equipamentos, técnicas e processos de intervenção tecnológica e formação específic

9. Dia Nacional das Colectividades

9.1. Promover as Comemorações do Dia Nacional das Coletividades de acordo com temas e iniciativas que visem a prossecução dos desígnios nacionais da nossa Confederação e do Movimento Associativo Popular ao nível local, regional, nacional e internacional;

9.2. Promover com as Estruturas Descentralizadas um Programa próprio que encerre com uma grande iniciativa nacional que seja representativa da diversidade associativa e territorial;

10. Relações com o Estado e outros parceiros institucionais

10.1. Continuar a participação da Confederação nos Grupos de Trabalho e Órgãos Sociais nomeadamente na área da Economia social: Conselho Económico e Social (CES); Conselho Nacional da Economia Social (CNES); Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES), Confederação Portuguesa do Voluntariado (CPV) e Federação Portuguesa de Jogos Tradicionais (FPJT);

10.2. Continuar a dinamizar o funcionamento semestral do CNAP, com a realização de uma reunião de Dirigentes/Directores das entidades do CNAP (Abril); edição do Boletim (Agosto); Festa Comemorativa dos 5 anos do Congresso Nacional de 2015 (Novembro);

Movimentos Sociais

10.3. No âmbito dos objectivos estatutários e programáticos para o mandato, continuaremos a cooperar com o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC); União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP); Movimento Erradicar a Pobreza (MEP); Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI); Movimento Democrático das Mulheres (MDM) e Movimentos de Utentes dos Serviços Públicos;

Fórum Álcool e Saúde (FNAS)
10.4. Levar à prática o compromisso com a FNAS de alerta para os consumos excessivos das bebidas alcoólicas, com distribuição eletrónica, do desdobrável com precauções do seu uso e abuso.

Confederação Portuguesa do Voluntariado (CPV)
10.5. Acompanhar as suas atividades, dar conhecimento às nossas filiadas do Prémio de Voluntariado com vista à possível proposta do nosso projeto GERAP de uma forma piloto poder ser galardoado.

Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC)
10.6. Desenvolver todas as atividades a favor da Paz. Empenhamento no Encontro da Paz, dia 30 de Maio em Setúbal, com a dinamização e empenhamento das estruturas para levarmos a efeito um grande encontro a favor da PAZ.

11.Relações Internacionais

11.1. Proceder ao levantamento de associações e clubes de portugueses no estrangeiro de forma a estabelecer contactos para a sua filiação e criação de Coletividades Elo no exterior;

11.2. Respeito pelas prioridades definidas para as relações exteriores com entidades que tenham em comum os interesses associativos na Diáspora Portuguesa: Península Ibérica; União Europeia e resto do Mundo, partindo do conceito do CIMAP da Capacitação, embora com especial atenção à Plataforma Ibérica Associativa;

11.3. Manter as relações com a FEAF e realizar o III Encontro Ibérico, em Portugal, prosseguindo os contactos e iniciativas que visem atingir os objectivos que estão traçados;

11.4. Rever a filiação em entidades internacionais de acordo com os nossos objetivos, projetos e possíveis contrapartidas;

11.5. Manter contactos com a CPLP, dando prioridade às iniciativas pontuais em Portugal, admitindo que possamos aceitar o estatuto de observador se tal for útil a ambas as partes;

11.6. Disponibilidade para elaborar candidaturas em parceria com as associações residentes na UE no âmbito do projeto Embaixadores Associativos na qualidade de parceiros ao programa da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

Nota final:

O cumprimento das medidas propostas no presente Programa de Ação dependerá da nossa capacidade, disponibilidade e determinação em agirmos de forma coordenada e integrada em termos internos e das relações que conseguirmos estabelecer com entidades externas.

O MAP em geral e a nossa Confederação em particular, atingiram um nível de intervenção social e de relacionamento institucional que nos cria um desafio permanente e progressivo no que respeita ao diagnóstico, análise e decisão e que exige de cada um de nós o máximo empenhamento e solidariedade.

Este Plano de Actividades, procura consolidar e reforçar os aspectos e projectos que vêm de trás e projectar o futuro de um movimento e de uma Confederação que faz falta a Portugal e aos portugueses.

O Conselho Nacional
da CPCCRD

ORÇAMENTO ANO 2020

RUBRICAS	PROVEITOS	%	GASTOS	%
Serviços Gerais - Gastos de Funcionamento				
- Trabalhadores Dependentes + Prestadores de Serviços(Valores não Imputados aos projetos)(1)	0,00	0,00%	26.786,00	7,40%
- Gastos de Funcionamento (Valores não Imputados aos projetos)	500,00	0,14%	15.500,00	4,30%
Sub-Total	500,00	0,14%	42.286,00	11,70%
- Quotas Confederação	60.000,00	16,63%	2.000,00	0,60%
- Quotas Federações Distritais	8.000,00	2,22%	0,00	0,00%
- Quotas Associações Concelhias	15.000,00	4,16%	0,00	0,00%
- ELO - Quotas Colectividades ELO	500,00	0,14%	0,00	0,00%
- Sede Nacional (Mudança+Museu,Biblioteca e Centro de Documentação)	37.000,00	10,25%	60.000,00	16,63%
- Donativos	2.000,00	0,55%	0,00	0,00%
Sub-Total	122.500,00	33,95%	62.000,00	17,23%
TOTAL 1	123.000,00	34,09%	104.286,00	28,93%
Projectos				
Desporto para TODOS!	1.000,00	0,28%	1.000,00	0,28%
PEJADA	1.000,00	0,28%	1.000,00	0,28%
Rotas do Associativismo	1.000,00	0,28%	1.000,00	0,28%
Animar Zonas Históricas	0,00	0,00%	1.000,00	0,28%
GERAP - Geriatria Associativa Preventiva	1.000,00	0,28%	1.000,00	0,28%
Erasmus - EU/FEAF	1.000,00	0,28%	1.000,00	0,28%
Salvaguarda dos Arquivos Associativos	1.000,00	0,28%	1.000,00	0,28%
Capacitação das Organizações com Rep. No CNES-POISE - 2ª Fase (2)	204.716,37	56,74%	204.716,37	56,74%
Outros (Bolsas e Apoios)	4.000,00	1,11%	2.000,00	0,55%
TOTAL 2	214.716,37	59,51%	213.716,37	59,25%
Formação Geral Associativa - Protocolos Autarquias, CLDS´s (23 Protocolos)	12.000,00	3,33%	5.400,00	1,50%
Estruturação Associativa	0,00	0,00%	1.000,00	0,28%
96º Aniversário e Dia Nacional das Colectividades	1.000,00	0,28%	2.000,00	0,55%
Representações/Filiadas - Brindes	0,00	0,00%	2.100,00	0,58%
Informação, Comunicação e Imagem (Elo Associativo)	0,00	0,00%	1.000,00	0,28%
Filiações (Quotas)	0,00	0,00%	1.920,00	0,53%
Venda de Livros	2.092,00	0,58%	1.810,00	0,50%
Análise Associativa - Edição da Revista	2.500,00	0,69%	2.500,00	0,69%
Formação Via Estruturas e Academia do Distrito do Porto	0,00	0,00%	1.000,00	0,28%
Estágios Curriculares Profissionais	500,00	0,14%	500,00	0,14%
Consultoria Associativa Preventiva (ASAE;SPA;IGAC;IPDJ)	1.000,00	0,28%	1.500,00	0,42%
Relações Internacionais	0,00	0,00%	2.700,00	0,75%
História da Confederação (1924/1974)	3.000,00	0,83%	11.000,00	3,05%
Representações Institucionais	1.000,00	0,28%	6.000,00	1,66%
Relações com Movimentos e Organizações Sociais	0,00	0,00%	500,00	0,14%
TOTAL 3	23.092,00	6,41%	40.930,00	11,35%
SUBTOTAL	360.808,37	100,00%	358.932,37	99,48%
SALDO POSITIVO			1.876,00	0,52%
	360.808,37	100,00%	360.808,37	100,00%

Orçamento ano 2019	390.806,69
Orçamento ano 2018	395.721,30
Orçamento ano 2017	380.954,00
Média últimos 3 anos	389.160,66

Notas:

(1) A previsão de gastos com Pessoal e Prestadores de Serviços e os respetivos encargos sociais totaliza Euros 144.140,00 , dos quais, apenas, Euros 26.786,00não serão imputados a projetos.

(2) Os valores do POISE são os aprovados em sede de candidatura para o ano de 2020.

Presidente

Tesoureiro